

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR

REQUERIMENTO Nº /2003
(Do Sr. Ary Vanazzi)

Requer uma Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Senhora Presidente,

Venho requer dessa Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior, uma Audiência Pública Conjunta com as Comissões de Finanças e Tributação, Relações Exteriores e de Defesa Nacional e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a fim de debatermos o acordo do Brasil com o FMI, já que aproxima-se o vencimento deste, faz-se necessário um amplo debate com a sociedade brasileira, Parlamentares, Governo Federal e intelectuais, no sentido de discutirmos propostas alternativas sobre as políticas macroeconômicas para o País.

Nesse sentido, solicito que seja convidado para essa Audiência Pública Conjunta representantes do Ministério de Relações Exteriores, Ministério da Fazenda, Parlamentares e Intelectuais.

Sala das Sessões, de setembro de 2003.

Deputado Federal **ARY VANAZZI** – PT/RS

JUSTIFICATIVA

O Governo Lula finalizou em 17 de março de 2003 mais uma etapa do acordo do Brasil com o FMI, segundo a nova carta de intenções o País reafirma algumas metas traçadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e aprofunda outras, entre elas a ampliação do superávit primário.

A ampliação das metas do superávit primário passou de 3,75% do PIB de 2003 para 4,25% do PIB em 2004.

A alteração deste percentual, vem obrigando o governo a efetuar inúmeros cortes nas despesas orçamentárias, incluindo as áreas sociais. Nota-se que a partir deste acordo a prioridade foi dada para pagar juros da dívida pública, o que compromete o investimento na produção e distribuição de bens e serviços à população.

É importante salientar, que em valores a dívida em fevereiro de 2003 já alcançava os patamares de 900 bilhões de Reais líquidos, enquanto a dívida externa pública alcançou 110 bilhões.

A dívida consolidada da união em 2002 cresceu 18,6% em relação à 2001, tendo alcançado 1.183,40 bilhões em dezembro.

Por estes motivos, e porque aproxima-se o vencimento do atual acordo, faz-se necessário um amplo debate com a sociedade brasileira, com os Parlamentares, o Governo Federal e intelectuais no sentido de discutirmos propostas alternativas sobre as políticas macroeconômicas para o País.

É questionável que, para garantir a governabilidade o Governo tenha como única opção e alternativa a continuidade do cumprimento de metas estabelecidas pelo FMI em acordos anteriores, onde assistimos o contingenciamento de gastos com políticas sociais e a estagnação econômica do País.

Sabemos que a dívida pública externa alimenta-se pela tomada de novos acordos, que só servem para pagar juros de empréstimos anteriores e não para investir em crescimento da riqueza e na produção, ou seja, é necessária a superação desta prática que nos leva a um sobreendividamento, onde quanto mais pagamos, mais devemos.

O FMI tornou-se ao longo do tempo, quem dita as políticas macroeconômicas dos países que a ele recorrem sob o pretexto de emprestar dinheiro para viabilizar "programas de ajuste estrutural", o que compromete a soberania nacional e a autonomia do Estado.

Portanto, discutir alternativas e afirmar um projeto de desenvolvimento sustentável a nível nacional, reafirmando a soberania e autonomia do País, colocam-se como desafios a serem construídos e consolidados por todos os que sentem-se responsáveis a dar sua contribuição neste momento histórico que nos encontramos no Brasil.

